
115ª SESSÃO ORDINÁRIA – 04DEZ2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

O Sr. Pedro Ruas: Sr. Presidente, requeiro autorização para representar a Câmara de Vereadores na Solenidade de Entrega do Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade, a realizar-se às 14h30min, no Palácio Piratini. Lamento não estar presente na Tribuna Popular, que tem a participação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar, representados pelo Tenente Caiél, a pedido da Ver.^a Fernanda Melchionna. Neste momento, me desloco para o Palácio Piratini e, depois, retorno a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar, que tratará de assunto relativo à isenção de transporte público para Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar. O Sr. Alex Sandro Caiél da Silva, Diretor de Assuntos Políticos e Institucionais, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. ALEX SANDRO CAIÉL DA SILVA: Em primeiro lugar, cumprimento o Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; e a Ver.^a Fernanda Melchionna, quem nos propiciou encaminhar o requerimento para esta Tribuna Popular, assim como os demais Parlamentares da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Pois bem, o que nos traz aqui neste momento é esse debate, essa discussão que iniciou há alguns dias, após a morte do nosso colega, covardemente assassinado dentro de um veículo de transporte coletivo, no Município de Porto Alegre. A partir disso, foi proposto aqui nesta Casa um projeto de lei, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, modificando o método de utilização, por parte dos

policiais militares, do transporte coletivo de Porto Alegre, passando a ser dada isenção da passagem com trajés civis; a isenção com farda já existe. O projeto do Ver. Cassio veio para esta Casa fazendo a isenção para os soldados da Brigada Militar, e a nossa entidade, então, solicitou à Ver.^a Fernanda Melchionna que apresentasse a emenda estendendo essa isenção a todos os demais servidores de nível médio da corporação.

Nós ouvimos falar da intenção, talvez, de ser vetada essa emenda ao projeto por estar se criando uma nova isenção; teria, portanto, vício de origem. Nós até não acreditamos que o Prefeito José Fortunati, nosso amigo, faça isso, mas estamos aqui, nos antecipando, para falar com os senhores e com a população de Porto Alegre por meio das mídias que nos acompanham neste momento. Temos a dizer que, na verdade, a emenda da Ver.^a Fernanda veio simplesmente adequar o projeto de lei do Ver. Cassio à legislação estadual, à Lei nº 10.992, que, em 1997, alterou a estrutura da Brigada Militar. Hoje, para nós termos uma compreensão, a atual legislação do Município prevê a isenção, no transporte público de Porto Alegre, aos soldados e cabos fardados da Brigada Militar. Ocorre que a graduação de cabo na Brigada Militar não existe mais desde 1997, há 17 anos, pelo art. 16 da Lei nº 10.992. Na mesma lei, o art. 20 diz que todos os servidores de nível médio da Brigada Militar fariam a mesma atividade, ou seja, a execução do policiamento ostensivo na cidade de Porto Alegre.

Na verdade, essa emenda simplesmente vem adequar a legislação municipal à estadual, não inova, ela não traz uma nova isenção, ela simplesmente faz uma readequação do que está posto, seguindo a mesma lógica de pensamento do Ver. Cassio quando fez a sua proposição de isenção para os soldados.

Dito isso, nós temos a clareza de que não existe nova isenção e, portanto, não há vício de origem. Assim, acreditamos que o Prefeito José Fortunati vá sancionar a lei. Caso isso não ocorra, que esta Casa confirme aquilo que ela já fez há poucos dias, aprovando o PL com as emendas propostas pelos Vereadores deste Parlamento.

Da mesma forma, não poderíamos nos calar – por isso pedimos à Ver.^a Fernanda que encaminhasse o requerimento para uma Tribuna Popular, esse espaço de cidadania aqui deste Parlamento – frente àquilo que a ATP, logo após ter sido aprovado, aqui nesta Casa, o PL e suas emendas, disse. A ATP afirmou que isso poderia ocasionar a elevação das passagens na cidade de Porto Alegre aos usuários, em função dessa nova isenção que estava sendo concedida por esta Casa.

Com todo o respeito que temos pela ATP, beira a irresponsabilidade uma fala dessa quando quer jogar a população do Município, de forma não verdadeira, contra os servidores, os trabalhadores e as trabalhadoras de segurança pública, que arriscam, diuturnamente, a sua vida em prol da defesa de cada um dos cidadãos e cidadãs desta Cidade.

Nós já sabemos, então, que, hoje em dia, o policial militar já tem a isenção. A única coisa que a legislação que foi aprovada nesta Casa traz é a mudança de método, tirando o fardamento e dando para o trabalhador da segurança pública um cartão, como todos os demais trabalhadores desta Cidade têm. Então, não existe nem um fato, não existe nada que justifique, que fundamente o argumento da ATP, simplesmente querendo criar um discurso para, logo ali adiante, justificar, talvez, o aumento da passagem, colocando a culpa no homem ou na mulher trabalhadores da segurança pública.

Nós até não gostaríamos de estar aqui nesta Casa utilizando esta tribuna para fazer este debate, esta discussão, pois sabemos que muitos outros temas relevantes e importantes existem para serem tratados aqui neste Parlamento. Mas ocorre que o servidor da Brigada Militar, o servidor de nível médio especialmente, ele é tratado neste Estado diferentemente de qualquer outro trabalhador. Quando qualquer trabalhador neste Estado tem direito ao transporte, tem direito ao seu cartão para ir, se deslocar para o seu trabalho, o servidor da Brigada Militar não tinha esse direito da maneira apropriada, como agora foi garantido por este Parlamento. Nós esperamos que os Srs. Vereadores... primeiramente, o Prefeito sancione, e, caso isso não aconteça, que os Srs. Vereadores ratifiquem a decisão que já tomaram aqui nesta Casa há poucos dias.

Então, é esta a motivação. Da mesma forma, nós entendemos que esse debate da segurança pública é um debate que nós, cidadãos, e que esta Casa não poderiam se furtar de fazer, como não se furtou de fazer, está realizando esse debate, por quê? As pessoas vivem nos Municípios, e é nos Municípios que a garantia da segurança das pessoas, da tranquilidade para as pessoas trabalharem têm que ser mantidas. Imagino que esta Casa, no momento em que, a partir do Ver. Cassio, da Ver.^a Fernanda e de outros Parlamentares que apresentaram emendas naquele dia aqui ao projeto, ela fez o seu papel. Esperamos, agora, que esse papel seja mantido, ratificado pelo Prefeito José Fortunati.

Para finalizar, queremos sintetizar, dizendo: Ver. Cassio, o senhor fique tranquilo, que o projeto, como foi aprovado, com a emenda da Vereadora, ele não traz nenhuma nova isenção. Ele simplesmente faz uma readequação, como eu dizia anteriormente, da legislação municipal à legislação do Estado, que já está posta há 17 anos.

Queremos agradecer o espaço que nos foi cedido por este Parlamento, colocando a nossa entidade à disposição de todos os Srs. Parlamentares e dizendo que esta Câmara de Vereadores fez um grande serviço aos servidores da Brigada Militar, ao trabalhador, à trabalhadora de segurança pública, garantindo mais tranquilidade para prestar um serviço de qualidade, efetivo, eficiente, eficaz para a população do nosso Município. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Convidamos o Sr. Alex Sandro Caiél da Silva a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Queria cumprimentar o Alex Caiél, Diretor da Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes, assim como o Dagoberto e o Sargento Márcio, a Viviane e o Eduardo, também da corporação, que acompanham a Tribuna Popular, porque nós sabemos da luta da categoria para a garantia um direito que todos os trabalhadores têm, e que os trabalhadores da Brigada não tinham. Os trabalhadores da Brigada não recebem vale-transporte, isso é importante se dizer, e a isenção anterior era vinculada ao uso da farda. Mesmo que em serviço, sem farda não poderia utilizar o sistema de isenção no nosso transporte coletivo.

Infelizmente, o Soldado Márcio Ricardo perdeu a vida, e voltou à tona a discussão importante e apropriada do projeto de lei que aprovou a extensão dessa isenção também para os trabalhadores sem farda. A nossa emenda corrigiu, conforme a legislação estadual... Muda as funções dos sargentos e tenentes da Brigada Militar para o mesmo nível de execução que têm os cabos e soldados. Então, não cria uma nova isenção, faz a adequação da isenção existente em Porto Alegre para a carreira da Brigada. E mais do que isso, Ver. Villela, Ver. Mauro, os cabos foram cargos extintos na Brigada Militar, e a

quantidade de sargentos e tenentes que nós temos hoje é muito inferior à quantidade de cabos que havia lá na década de 1990. Então, não só nós não estamos criando uma nova isenção como, do ponto de vista do transporte coletivo, menos trabalhadores estão utilizando um direito, que é o direito de utilização do transporte coletivo, agora, também, sem a necessidade de estar fardado, desde que em serviço. E eu queria dizer que nós conhecemos essa cantilena enfadonha da ATP que diz que todos os direitos dos trabalhadores são argumentos para aumentar tarifa. Na verdade, eles aumentaram a tarifa embutindo preço no diesel, embutindo preço no chassi. Isso tudo ficou comprovado na auditoria, dizendo que eles calculavam na planilha tarifária os ônibus que estavam parados. Só com isso ganharam R\$ 72 milhões de maneira ilegal no ano de 2012. Então, nós conhecemos essa cantilena enfadonha de um cartel que comanda o transporte coletivo em Porto Alegre. E nós não aceitaremos essas afirmações irresponsáveis que desrespeitam os trabalhadores da segurança pública, que desrespeitam o Parlamento e desrespeitam o povo da nossa Cidade. Porque nós sabemos que o motivo de a tarifa ser cara e o transporte não ter a qualidade adequada são os lucros exorbitantes desse cartel dos empresários do transporte coletivo. Para concluir, de fato, quero dizer que estamos pedindo uma reunião com o Prefeito Fortunati, juntamente com a Associação. Ontem, o Gil Almeida disse que, assim que o projeto sair do Parlamento e chegar lá, ele nos receberá, para que o projeto seja sancionado, e nós possamos garantir esse direito para os sargentos e tenentes, assim como contar com o apoio dos Vereadores e das Vereadoras nesta Casa no sentido de garantir a emenda que já foi aprovada por ampla maioria dos Vereadores no dia da votação do projeto do Ver. Cassio.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIO TROGILDO: Sr. Presidente. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero dizer que nós, desde o início, quando protocolamos o projeto, primeiramente através de um contato do Leonel Lucas, tão logo o projeto estava tramitando, nós pedimos uma audiência com o Prefeito Fortunati e convidamos as duas entidades para estarem lá presentes. Originalmente, o nosso projeto apresentado tinha a

redação conforme acabou ficando a emenda, estendendo para todos os servidores de nível médio da Brigada. Como, talvez, nós caíssemos numa cantilena jurídica, nós resolvemos readequar, para não ter nenhuma dúvida, mas depois nós votamos na emenda da Ver.^a Fernanda. Nós acreditamos que é um pleito justo para que todo o antigo quadro de nível médio – agora novo quadro de nível médio – possa ter a referida isenção. Isenção essa que não é nova. Inclusive, no próprio *caput* do nosso projeto de lei, nós fizemos uma alteração, Ver. Villela, porque, no início, havíamos dito “cria isenção”, quando, na verdade, não era verdade, não estávamos criando. Então, o *caput* ficou muito bem redigido, com o auxílio da nossa Diretoria Legislativa. Ele altera a forma de utilização da isenção que já existe, dando a possibilidade de o servidor da Brigada ter um cartão de isenção, que deverá ser emitido pela EPTC, conforme regulamentação. E nós reintroduzimos na lei, Alex, conversando com a corporação, a questão da possibilidade de a farda também ser uma forma de isenção, porque ela é culturalmente aceita pela lei vigente, mas não estava mais na lei; a lei dizia que “devidamente identificado”, e aceitava-se a farda, mesmo sem regulamentação, como identificação. Nós reintroduzimos a questão da farda, porque sabemos que, operacionalmente, às vezes, o policial precisa fazer uso do transporte coletivo até durante uma operação, quando está em policiamento a pé e precisa pegar o ônibus para uma, duas paradas adiante e, muitas vezes, não vai poder passar com o cartão de isenção, que estamos introduzindo, na roleta. Então, ele poderá, também, utilizar a farda para a manutenção dessa isenção. Estamos juntos nesta luta e esperamos que possamos achar o caminho mais curto possível e com menos discussões jurídicas, para que os policiais militares de nível médio possam fazer uso desta justa isenção. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, em primeiro lugar, saúdo a presença do Sr. Alex Sandro Caiél da Silva, Diretor de Assuntos Políticos e Institucionais da Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar, bem como a de seus colegas. Falo em nome da Bancada do PCdoB. Eu

sempre penso que direitos e isonomia também têm que se estender ao direito de ir e vir. Isso é para todos nós. É uma adequação da legislação, não cria isenção. Muitas vezes, vocês têm que estar sem farda, sim, para cumprir uma tarefa, inclusive para a boa resolução da tarefa, em função do sigilo e da segurança de vocês também, porque aí entra um processo de proteção à segurança do trabalhador da segurança pública. A questão de embutir na passagem, para que nós outros que usamos o transporte coletivo estejamos pagando, isso eu acho de uma natureza de quem não tem um argumento, porque, afinal, é segurança pública, e, se tivesse que ser embutido... Mas não é isso. As empresas já ganham o suficiente, e elas têm que compreender, também, que elas também estão garantindo a sua segurança e a dos seus trabalhadores com a presença dos trabalhadores da segurança pública, seja da polícia civil, mas, no caso de vocês, da polícia militar, a nossa Brigada Militar. Então, todo o apoio da Bancada do PCdoB. É muito bom vocês estarem aqui, não só para nós, Vereadores, que conhecemos a matéria, mas para divulgar, através da Câmara Municipal, à população, muito mais do que tu disseste da tribuna e do que nós estamos dizendo aqui, mas sobretudo para não criar esse jogo de trabalhador contra trabalhador, pois quem ganha muito é o transporte coletivo que, aliás, tem que ser de mais qualidade. Parabéns e obrigada pela presença. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Obrigado, Sr. Presidente. Quero, aqui, em nome da minha Bancada, cumprimentar o Alex e todos os seus companheiros de Associação e dizer que o tema do transporte público e a conquista que tivemos aqui na votação do projeto específico, ainda este ano e no próximo ano, gerarão muito debate nesta Casa. Até porque um dos temas que está em discussão é relativo às isenções. Porque, hoje, na verdade, quem paga toda isenção é o trabalhador, aquele que dispõe diariamente do dinheiro. E essa discussão precisa continuar, para, num novo projeto de licitação que terá que ser feito na Cidade, podermos tratar isso de uma maneira abrangente, de uma maneira transparente, e, principalmente, poder regulamentar em função da lei nacional da Mobilidade Urbana, que Porto Alegre ainda não regulamentou. Também queria registrar

que acompanhamos o voto ao projeto do Ver. Cassio Trogildo, até mesmo porque a nossa Bancada já havia sido derrotada em 2007, quando tínhamos apresentado um projeto com esse mesmo teor e, obviamente, dissemos que era uma dívida que a Câmara estava resgatando com a cidade de Porto Alegre e com a categoria dos trabalhadores da segurança. Contem conosco! Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Também queremos aqui fazer um registro e cumprimentar o Alex Sandro da Silva, Diretor de Assuntos Políticos e Institucionais da Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar, e dizer que também acompanhamos a evolução dessa pauta aqui na Casa, que culminou com a aprovação do projeto do Ver. Cassio Trogildo. Em 2007, essa mesma pauta tramitou aqui na Câmara e tivemos um entendimento diferente, mas a violência aumentou, houve alguns casos pontuais, inclusive com vítimas fatais. E a legislação evolui conforme as circunstâncias. Acho que tivemos uma evolução importante, mas ainda sou defensor daquela ideia de que, se alguém tem que ter medo nessa relação, é o bandido do policial, e não o contrário, porque, senão, o que sobra para a sociedade? Mas fica o nosso registro, também, dessa compreensão e vamos trabalhando para ver como é que a legislação avança e evolui no sentido das concessões. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, antes de mais nada, quero cumprimentar o Sr. Alex Sandro Caiél da Silva, Diretor de Assuntos Políticos Instituições da Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar, que traz a esta Casa uma proposta que alimenta um grande debate que hoje existe em torno do transporte coletivo público no País. Tema como este, abordado por V. Exa., não tem tido exclusividade de

debate nesta Casa, onde o senhor se manifestou no dia de hoje. A Câmara dos Deputados conhece matéria semelhante, as assembleias legislativas de quase todos os Estados da Federação debatem esse assunto e tomam providências, em muitos casos, a respeito do assunto. No mínimo, a sua presença aqui alimenta mais ainda um debate que aqui já se estabelece e do qual, de certa forma, sou protagonista, na medida em que entendo que o País inteiro está deixando de discutir o fundamental para olhar o acessório. A isenção estendida aos sargentos, aos subtenentes e aos tenentes da BM, como já é, hoje, estabelecida aos soldados, provoca uma pergunta: e aí, quem paga a conta? Presentemente, o transporte público de Porto Alegre isenta cerca de 30% dos seus usuários, que são, por lei, assim estabelecidos como isentos. Só que nem o legislador federal, nem o legislador estadual e nem o legislador municipal estabeleceram qual seria a fonte de pagamento dessa isenção. E, como o senhor sabe, nada é de graça no mundo. Isso fez com que hoje a tarifa do transporte coletivo seja sobrecarregada, em Porto Alegre, em cerca de 30%, valor que é transferido para o usuário que paga; então, 70% dos usuários pagam a passagem de 100%. Evidentemente que esse número não alteraria muito diante da sua proposta, mas faria parte de um conjunto todo geral.

Então eu quero cumprimentá-lo pela seriedade com que trata do assunto e sobretudo porque possibilita que mais uma vez se bata nessa tecla. As isenções hoje existentes na sua quase integralidade são absolutamente justas, não permitem sequer discussão em torno delas. O que se discute e é preciso que se tenha coragem neste País e especialmente nesta Cidade é saber quem financia essas isenções, é o reexame da tarifa, é o reexame do custo do transporte coletivo da Cidade que está em jogo e para isto contribui enormemente a sua presença e o debate que o senhor provoca sobre o assunto. Muito obrigado pela presença.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Não havendo mais inscritos colocamos a Câmara Municipal sempre à disposição da Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar. Conte com esta Casa.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h45min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): (14h46min) Estão reabertos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, nós temos tanto a falar e, às vezes, chegamos aqui... Vamos falar de uma postagem de uma amiga minha, pessoa por quem tenho grande consideração, e é bom até que eu fale, porque, às vezes, a gente vem aqui e só fala em questões positivas, que venham nos elogiar, que venham ao encontro de um elogio. Mas hoje eu abri o Face e vi uma postagem de uma amiga que fala sobre a questão do pouco que os Vereadores, segundo ela, fazem. Então ela posta uma situação de um Vereador de outro lugar que foi cobrar dos médicos, na casa ou não sei onde, e fala, Fernandinha: “Isso que são Vereadores, e não Vereadores que trocam nome de ruas e Vereadores que ficam colocando feriados na cidade de Porto Alegre.” Eu respeito todas as opiniões, inclusive, quem sabe, se eu não estivesse no outro lado eu também não pensaria de outra forma. Não, sei que eu não pensaria, até porque eu sei do significado da troca daquele nome feito pelo seu partido e apoiado por mim e por muitos aqui. E tenho consciência do significado, Toninho, do feriado que nós queremos no Dia da Consciência Negra. Tenho plena consciência disso. Então, quando, às vezes, falam e criticam por uma ação, por um projeto e não vêem o todo dos projetos e o todo da luta dos Vereadores, do dia a dia... Não foi só esse projeto do PSOL, não é, Ver.^a Fernanda, e é um projeto importante, mas não foi só esse. Não foi só esse o meu projeto. Eu acho que tinha que ser avaliado, quando se critica, num todo do que se faz, do que se anda, do que se luta. E, às vezes, vem de pessoas que a gente não espera, que estão próximas à gente. Se vem de pessoas que estão próximas à gente, e a gente não espera, como agradecer a todos? Como agradecer a todos, Ver. Bernardino?

Nós vimos ontem, aqui, um debate sobre infidelidade ou não fidelidade. Como agradar a todos? Como votar contra uma bandeira que é do teu partido, que é a educação, que tu vêes todos os dias quando tu andas nas ruas, tu vêes dificuldades, e aí tu falas em fidelidade. Na verdade, a fidelidade está em querer ajudar a fazer um bom governo. Não podemos aqui, senhores, achar que todos são donos da verdade. Não podemos achar que todos os projetos da oposição são inúteis e que vêm de encontro a um bem comum. Não podemos achar que todos os projetos da situação são os projetos que vêm ao encontro de toda uma comunidade.

Então, senhores, quem trabalha com um mandato popular através do voto quer que esta Cidade ande. A gente quer o melhor para esta Cidade. Então... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...este é o meu mandato: o mandato de tentar fazer o melhor para quem confiou em mim, os 6.555 votos. Não só para esses quase 7 mil votos, mas para toda cidade de Porto Alegre, é fazer o melhor, é correr. Nem sempre estamos certos, nem sempre eu tenho a presunção de ser o dono da verdade, mas tenho a certeza de que corro, e corro muito, para fazer deste meu mandato um mandato qualificado e que realmente represente as pessoas que confiaram em mim. Obrigado, senhores. (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra em Comunicações.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Prezado Presidente, companheiro Mauro Pinheiro; meus colegas Vereadores e Vereadoras; senhoras e senhores; prezados visitantes aqui na nossa Câmara Municipal; um dos temas que está em debate hoje na Nação brasileira é o debate e a aprovação do projeto que aconteceu nesta noite no Congresso Nacional, debate que ainda continuará na próxima terça-feira sobre mais uma emenda.

Eu quero aqui dar continuidade à fala do meu colega, o Ver. Delegado Cleiton, que traz para o debate o fato de como poder votar contra um projeto que apresenta dinheiro para a educação. E é exatamente esta a discussão no Congresso Nacional, Ver.^a Jussara, a discussão do superávit primário.

O superávit primário, prezado Presidente, nada mais é do que uma previsão de economia a ser alcançada do Tesouro Nacional para pagar juros da dívida pública. O Governo e o Congresso Nacional têm soberania para estipular esse valor, esse percentual de recursos públicos destinados a pagar o juro da dívida. E a Presidenta Dilma e o Governo optaram por manter os investimentos tanto nas obras, que são os investimentos do PAC. E aqui nós temos, na entrada de Porto Alegre, uma grande obra viária que foi construída com recursos do PAC. Aqui nós temos, na cidade de Porto Alegre, o viaduto ou complexo do Beira-Rio, todos construídos com a obra do PAC. Aqui nós temos os corredores do BRT que estão sendo construídos, prezado ex-Prefeito Villela, como obra do PAC. E o senhor, como ex-Prefeito, sabe muito bem o que significa ter recursos para construir obras, para atender as demandas e os gargalos estruturais numa cidade. Nós inauguramos, há poucos dias, com a presença da Presidente Dilma, o Projeto do Socioambiental no valor de R\$ 580 milhões, com recurso do PAC.

Bom, como manter todos esses investimentos e continuar ampliando os recursos para a educação e para a saúde, em detrimento do que chamamos do superávit primário? Então, esta é uma discussão que gera um debate, enfrentado, sim, com a oposição, que não reconhece os investimentos que estão sendo feitos no País, que não reconhece as melhorias dos serviços sociais de todos os projetos de inclusão e que incidem aqui na nossa comunidade. Portanto, Ver.^a Sofia Cavedon, as 33 escolas infantis que estão sendo desenvolvidas na cidade de Porto Alegre com recursos do Governo Federal são a síntese da opção que, neste momento, o Congresso Nacional está fazendo em mudar o patamar do superávit primário.

E o que está sendo incorporado aí, Ver. Pujol? Os R\$ 67 bilhões que foram gastos no PAC, reconhecendo isso como um recurso para abater do superávit primário! Como toda a redução de impostos que foi desenvolvida nesse período, pegaram esse valor e também abateram. Então, isso é o que a oposição e a grande mídia estão dizendo como uma medida incorreta que está sendo feita no País.

Eu quero dizer aqui, na nossa opinião, que o caixa pode ficar no vermelho; agora, o povo, a população brasileira e os investimentos não podem ficar no vermelho. Então, preferimos, sim, que os projetos de desenvolvimento... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, Sr. Presidente, as contas de um país, de um estado e de um município são

administradas à luz da legislação. E o Congresso Nacional tem soberania; portanto, o que foi aprovado ontem não só é legal como é justo, economicamente e socialmente, para o Brasil.

Quero registrar este debate contra o que muitos setores da mídia estão dizendo, e contra o que está dizendo a oposição, neste momento, no debate nacional. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra em Comunicações.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o que me traz a esta tribuna são dois assuntos relativos à saúde, sobre os quais esta Câmara de Vereadores teve um papel decisivo. Na realidade, vou começar agradecendo a todos os meus pares. Antes, quero cumprimentar V. Exa., Ver. Comassetto, pela qualidade da intervenção em relação ao que foi aprovado no Congresso Nacional. Na segunda-feira, subimos a esta tribuna e enfrentamos aqui e dissemos da nossa indignação pelo modo como a Senadora Vanessa Grazziotin foi tratada no Congresso Nacional, não por militantes, por trabalhadores, por pessoas que estejam lá para buscar melhores avanços para o nosso país, mas, exatamente, por uma claque bem definida, com o apoio de deputados opositores, que não querem o avanço do Brasil.

Eu venho aqui, Srs. Vereadores, primeiro, agradecer a participação de todas as Bancadas, todas, sem exceção, na Moção de Apoio que encaminhamos, na semana passada, ao Sindicato dos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul, à Federação Nacional, ao Conselho Regional de Farmácia, às nossas entidades nacionais. Quero dar a boa notícia: a Medida Provisória que estava no Congresso Nacional, com parecer positivo de um Deputado do PMDB da Paraíba - a Bancada do PMDB assinou, a Ver.^a Lourdes assinou a Moção de Apoio, para tanto quero agradecer muito -; o parecer foi derrotado ontem no Congresso Nacional, pela luta dos farmacêuticos. Estou agradecendo aos meus pares, porque, desta Casa, saiu uma Moção de Apoio contra a Medida Provisória, mas mais do que isso, em favor da presença do farmacêutico na farmácia, um profissional de saúde estratégico para garantir saúde pública, ainda mais no momento em que tivemos aprovado, no Brasil - e era uma contradição aquela Medida Provisória -, a farmácia como

estabelecimento de saúde, para orientação sobre o uso correto de medicamentos pela nossa população, porque medicamento não é mercadoria para nós; medicamento, para nós, é insumo estratégico, é uma questão sanitária e de saúde pública, porque ter que tomar medicamento não é saúde, é doença, e nós, farmacêuticos, não somos aqueles que queremos empurrar o medicamento nas pessoas; somos os que orientam para o uso correto de medicamento.

Então, esta Casa está de parabéns; agradeço aos meus colegas, porque Moções como esta, a partir desta Casa, que chegaram na Assembleia Legislativa, que também tomou essa providência, e nós conseguimos fazer com que várias Câmaras do Brasil, através até da participação da União dos Vereadores do Brasil, também tivessem uma Moção de Apoio contra a Medida Provisória que foi derrotada no Congresso. Viva a saúde pública! Viva a presença do farmacêutico na farmácia, um profissional da equipe multidisciplinar e que é fundamental para a saúde da população.

Também quero agradecer aos meus Pares que aprovaram a lei da 1ª Semana Municipal de Doação de Medula Óssea, chamada lei Matheus, porque ela está inspirada, primeiro, no meu neto que faleceu com 26 anos, de leucemia, um bravo lutador, dia 29 janeiro de 2011, e está inspirada também na lei nacional, que é a lei Pietro, nome do filho do Deputado Beto Albuquerque, que também faleceu de leucemia - dois jovens. O Beto Albuquerque e eu convivemos juntos, lutamos juntos por doação de medula óssea porque, quando o Pietro, filho do Beto Albuquerque estava em estado terminal, o meu neto Matheus teve o diagnóstico de leucemia. Foram três anos de muita luta. Ele deixou um filme pronto de toda a luta dentro do Hospital Conceição. Nós, então, pela primeira vez, vamos fazer as duas semanas de doação de medula óssea, de 7 a 14, a Semana Municipal, aprovada por esta Casa, sancionada pelo Prefeito; de 14 a 21, juntos, a Semana Nacional, liderada pelo Dep. Beto Albuquerque. Vamos estar, domingo, no Brique da Redenção; depois há outras atividades durante toda semana: ato de abertura no gabinete do Prefeito, dia 8; dia 9 no Hospital Conceição, mas o que quero sintetizar é que vamos informar à população de que é muito simples doar a medula, pois não é a medula que se doa, são apenas 10 milímetros de sangue - o Hemocentro vai estar no Brique da Redenção, é um parceiro fundamental. Eu quero agradecer, além da Câmara Municipal, de forma muito especial, à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que foi sensível e está produzindo, nesta semana, junto com a Câmara Municipal, com o

pág. 14

Hemocentro, com a FEPPS e com o Grupo Hospitalar Conceição. Obrigado, Vereadores e Vereadores pela sua sensibilidade nesta área de saúde.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Lourdes Sprenger.

O SR. DR. THIAGO: Ilustre Presidente, ilustres colegas, Vereadores e Vereadoras, também quero fazer menção ao que está sendo dito, já foi dito desta tribuna, quero deixar bem claro, mais uma vez, que as divergências que temos com relação à saúde não são de caráter pessoal, são divergências de visão de processo, são diferenças de visão de gestão, são diferenças de visão de acompanhamento e conduta na área da saúde. Para isso trago mais um exemplo na tarde de hoje. Já falei aqui nesta tribuna; vou voltar a falar sobre a questão do Hospital Parque Belém. Para ser bem explícito e me ater em dados e aspectos concretos, trago um dos jornais de maior circulação do Estado, na sua reportagem do dia 14 de agosto, onde dizia o seguinte (Lê.): “Passados cerca de três meses de restrições nos atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o Hospital Parque Belém, na Zona Sul de Porto Alegre, começa nesta quinta-feira a retomar os serviços médicos do sistema público. Na tarde de hoje, [no dia 14 de agosto] foi assinada a retomada. A expectativa é de que 50 leitos clínicos e 14 de leitos de UTI estejam liberados para a população entre quinta e sexta-feira. O Hospital conta com mais 199 leitos, que em 60 dias serão ocupados. Segundo o Secretário da Saúde, a deteriorização foi iniciada por falta de aporte de recursos, mas esses estão sendo retomados [palavras textuais do Secretário Casartelli]. Houve mudança em área da administração hospitalar, possibilitando um diálogo, assim voltaremos a atender pelo SUS”. Há duas semanas - e o Delegado Cleiton estava junto -, nós voltamos ao Hospital Parque Belém, e lá evidenciamos essas imagens.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. DR. THIAGO: São leitos ociosos, vagos; leitos em UTI; tomografia, que está apta a ser utilizada e fazer de 400 a 500 exames/mês, parada. As pessoas levam quatro anos

para fazer uma tomografia em Porto Alegre! Esses são leitos de internação, as pessoas esperam nos pronto-atendimentos, nos hospitais públicos de Porto Alegre, às vezes, semanas para conseguirem ser internadas e os leitos estão parados lá. Leito de UTI fechado, está pronto, mas está parado, não recebe paciente. Aqui é a parte de procedimento endovascular, que possibilita que o indivíduo tenha menos repercussão em caso de infarto ou AVC. Então, isso atua, diretamente, na capacidade laboral das famílias, da possibilidade de não terem sequelas ou sequelas mínimas em AVC. Está parado lá! Está parado lá! E o bloco cirúrgico, senhores, há trinta dias parado! Porto Alegre tem uma lista de espera de neurocirurgia que o Hospital é capaz de ter essa expertise, cirurgia de coluna, que passam os três anos e o Hospital há trinta dias com o bloco parado. Então, senhores, isso não tem justificativa. O Secretário foi até lá, assinou o plano operativo, o Estado esteve presente na reunião da Comissão, diz que está repassando os recursos e, infelizmente, o hospital continua fechado. Quantas pessoas precisarão padecer para que o hospital volte a abrir? Essa é a pergunta que se faz. O hospital tem condições de atender mais de 200 pacientes, Ver. Villela, está apto a atender imediatamente. é só os pacientes chegarem lá! Esse é um dos diversos casos que tem acontecido! A não abertura do Pronto Atendimento do Hospital Parque Belém faz com que fique superlotado o PACS e ocorra o que vem acontecendo! Então, é fundamental que o Hospital Parque Belém seja aberto e possa ser utilizado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, para que as pessoas diminuam seu padecimento nos pronto-atendimentos das emergências dos hospitais de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero iniciar a minha fala cumprimentando esta luta do Ver. Dr. Thiago pela saúde de Porto Alegre. Vossa Excelência sabe que concordamos com muitas de suas ações e com muitos de seus debates, apenas tenho uma dificuldade. Nesta Casa fala-se, há muito tempo, de uma possível CPI – possibilidade que não podemos descartar. Ocorre que, por incompetência, não se faz CPI; por incompetência, o eleitor tem que pagar a

conta. Esta é a verdade. E eu quero cumprimentá-lo, Dr. Thiago, V.Exa. tem sido incansável. Só não compreende a sua indignação quem não anda pelos hospitais e casas de saúde em Porto Alegre.

Na próxima semana, nós vamos enfrentar um projeto, de minha autoria, que busca a preservação deste patrimônio histórico (Mostra fotografia.) Eu já perdi a conta das vezes em que venho a esta tribuna fazer este pronunciamento. Vou fazer uma observação aqui, à imprensa local, também: não é o tombamento da fachada, é o tombamento de tudo, inclusive da ignorância daqueles que não sabem a importância desse prédio aqui em Porto Alegre, dessa obra arquitetônica. Aqui, há dois motivos, incluindo a questão arquitetônica, como comprova aqui o doutor em arquitetura, o arquiteto Günter Weimer, que, atendendo a um requerimento, a um pedido do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, fez um laudo, uma avaliação muito completa sobre a importância arquitetônica dessa obra. Mas eu me pego muito nas questões históricas. O Grêmio Gaúcho está localizado na Av. Carlos Barbosa, no quarteirão formado pela Rua Bispo Laranjeira, pela Rua Sepé Tiaraju, pela Av. Carlos Barbosa e pela Av. Niterói.

Todos nós, conhecidos, sabemos que o João Cezimbra Jacques é o patrono no tradicionalismo. João Cezimbra Jacques foi o homem que levantou a bandeira da criação dos grêmios, lá em 1898, aqui no Rio Grande do Sul – outros fizeram o mesmo no Uruguai e na Argentina. Talvez poucos tenham os documentos que este Vereador tem, porque vem pesquisando e está recebendo, a cada semana, novos elementos. Aqui, vou mostrar o Estatuto de 1927 – tem 87 anos este Estatuto. (Mostra documento.) Aqui diz, em determinado momento, os motivos do Grêmio: o culto às tradições gaúchas, adotou o hino da Revolução Farroupilha. Aqui, tem o Estatuto de 1954 (Mostra documento.). Na Exposição de Motivos do projeto da nossa pesquisa, nós mostramos artigos do jornal Correio do Povo de 24 de maio de 1898, que conseguimos nos arquivos do jornal. Artigo também do jornal Correio do Povo, de 20 setembro de 1898. (Mostra documento.) Vou ler a introdução deste artigo: “O Grêmio Gaúcho festeja hoje o aniversário da proclamação da República Rio-Grandense de 1835. A festa se revestirá de todas as exaltações características que se prestam ao momento”.

Eu tenho vindo a esta tribuna, trago elementos, faço apelo e sempre friso que tombaram prédios – e não quero entrar no particular de muitos deles – que de longe têm a mesma importância histórica que tem este prédio. (Mostra fotografia.) O engraçado é que para

algumas obras aqui em Porto Alegre o pessoal tem uma facilidade em se juntar para fazer a defesa! Eu lhes digo, com muita tranquilidade: faço este apelo com convicção de que nós precisamos defender aquilo que é nosso. Aqui está o marco inicial do surgimento do Movimento Tradicionalista Gaúcho. É anterior, é de 1898. Daqui vêm as raízes de toda essa luta, desse movimento que engrandece o Rio Grande e que está no mundo todo. Nós, aqui na Capital, estamos fazendo vista grossa.

Eu tenho curiosidade e esperança de que algum dia apareça alguém aqui para me contestar!

É no quarteirão formado pelas Ruas Bispo Laranjeira, Sepé Tiaraju, Niterói e Carlos Barbosa - é o Gauchinho. Isso não é uma demanda individual, de um Vereador. É impossível que não toque em cada um que tenha um pouco de sentimento e orgulho de ser gaúcho. Os gaúchos mais modernos, como o Ver. João Bosco Vaz, que, com certeza, dançou na sua juventude. É por isso, Ver. João Bosco Vaz, em homenagem à sua infância, à infância daqueles que tiveram no passado, há 116 anos, essas iniciativas. Vamos tombar esse patrimônio. Conto com o apoio dos colegas, este projeto será votado na semana que vem.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Dr. Thiago: Só um esclarecimento. Quero dizer ao Ver. Bernardino que nessa situação do Hospital Parque Belém, sim, pode e vai estar contemplado na CPI, porque houve o envio de recurso público do Estado para o Município, houve um plano operativo que foi assinado e não foi cumprido. Isso configura improbidade.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Feito o registro, Vereador. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Peço a gentileza e a compreensão dos Vereadores para interromper os assuntos importantes que são trazidos aqui ao debate da Câmara, e fazer uma saudação à Escola Meladinho, da qual a minha filha, Sara, faz parte da turminha que está hoje visitando a Câmara de Vereadores. Parabenizando as Professoras Letícia, Juliana e Neca, e dizer que isso é uma prática constante da Escola, posso testemunhar isso, do envolvimento contínuo dos pais nas atividades da Escola, e isso é

muito importante. E hoje estão aqui, dentro do projeto conhecer as profissões dos pais e mães das crianças. Já estiveram lá em casa, num outro projeto, conhecendo as residências. Então, os nossos filhos têm a possibilidade de explicar tudo o que acontece dentro da própria casa.

Primeiro, eu queria cumprimentá-los, estão muito comportados, falando baixinho. A Neca acabou de me dizer que a Marina disse que só tinha um que tinha o direito de gritar aqui, que é o que está falando no microfone! Mas estão muito comportados. Eu queria fazer uma chamada e ver se está todo mundo aí. Fiz uma listinha, para não esquecer de ninguém. Então: o Enzo; o Rafael; o Athos; o Mateus Ribeiro; o Mateus Cordeiro; o Davi; o Lucas; a Marina; a Mariana; a Fernanda Freitas; a Fernanda Righel; a Beatriz; a Jéssica; a Sara e a Laura. Muito bem, parabênzo, mais uma vez, cumprimento todas as crianças, e tenho orgulho de ser pai tanto da Sara, como do Omar, que talvez daqui a uns dois ou três aninhos esteja aqui, visitando a Câmara de Vereadores também – dependendo dele e dependendo da minha continuidade ou não aqui na Câmara de Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Marcelo, hoje temos a visita orientada à Câmara Municipal, Seção do Memorial, do nosso amigo Jorge, da Prof.^a Maria Inês Spolidoro; da psicóloga Letícia Machado; da educadora Juliana Perdomo da Escola Infantil Meladinho, um total de 16 alunos do G3, pré-escola. Sejam todos bem-vindos. E quero dizer, Ver. Marcelo, que a visita das escolas é tão importante quanto os outros assuntos, para entender o que o Legislativo faz, e como é importante no processo democrático do nosso País. Então, sejam bem-vindos, é muito importante as escolas nos visitarem, serem bem recepcionadas para começarem a entender o processo legislativo e a democracia do nosso País.

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Apenas não queria deixar passar a acolhida dos colegas aqui da Câmara, do Memorial, do Jorge, que acaba de chegar, e da Andréia, mesmo esta não tendo sido uma visita oficial. Para os Vereadores que não sabem, existe uma visita guiada pela Câmara, que o Memorial nos coloca à disposição. Agradeço a acolhida, Jorge e Andréia, e os demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Dr. Thiago.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, hoje nós trazemos um tema que envolve bem a nossa atuação, que é um caso muito triste que ocorreu na cidade de Bom Jesus, em que, para se livrar dos animais, houve uma determinação de um órgão público - até onde temos informação, de um secretário e alguns auxiliares - que promoveu o envenenamento de mais de 130 cães e alguns felinos, e que muitos animais tinham os seus responsáveis, porque, às vezes, o animal, mesmo tendo a sua casa, sai para dar a sua voltinha. Então, gerou uma comoção naquela cidade naqueles que defendem os animais, naqueles que cuidam dos seus mascotes, e também influenciou muito na Câmara Municipal de Bom Jesus. E a Presidente daquela Câmara Municipal, a Ver.^a Lucila Maggi - do meu partido -, abriu uma CPI, que está sendo instalada hoje à tarde, para investigar a participação da Prefeitura na matança desses cães, porque isso é um crime ambiental, podendo gerar detenção de três meses a um ano e, dependendo do grau da execução desse crime, essa detenção ser de mais tempo. Mas o que mais nos deixa estarecidos é que um dos citados no inquérito é o Secretário, que tem sob sua pasta o Turismo. E todos nós sabemos que Bom Jesus é muito procurada pelo turismo. Esse suspeito, já arrolado no inquérito, que já está no Ministério Público, é um Vereador, um secretário. Então aonde nós chegamos! Nós sabemos que no Interior ainda tem uma cultura bem diferenciada das Capitais, mas, para se ver livre dos animais que estão ali porque alguém abandonou, saíram, de madrugada, com o carro jogando carne com veneno, e, no outro dia, não tinham como resgatar tantos animais mortos pelas ruas. Quero cumprimentar essa Vereadora e mais dois Vereadores atuantes que não deixaram por menos: instalaram uma CPI para investigar, inclusive, se o Prefeito deu essa determinação, porque, a essas alturas, muitos comentários correm na Cidade, de que o recurso para comprar e para fazer essa matança, esse crime, partiu da Prefeitura. Realmente vai ser um baque! E aqueles que apreciam animais costumam fazer um grande movimento nas redes sociais para não se visitar cidades que não cuidem dos animais. Era isso que eu queria registrar. Também quero dizer que, hoje, um ato contra um animal é crime, sim! Bem comprovado, resulta numa incomodação muito grande,

pág. 20

podendo o indivíduo até perder a primariedade e, dependendo de sua ficha, que o próprio suspeito já tenha outros crimes, por acidente, por atropelamento, certamente vai se incomodar.

Também queria dizer ao Sgarbossa que a nossa Escola Legislativa, da qual sou Presidente, tem um organograma antigo, diferenciado das demais escolas legislativas do País, que incluem o memorial e a biblioteca.

No Encontro Nacional das Escolas Legislativas, pela primeira vez realizado no Rio Grande do Sul, 21 Estados estiveram representados. A Escola Legislativa é para capacitar os funcionários e os assessores de gabinetes. Temos vários convênios firmados, proporcionando descontos para cursos externos e vamos ainda, antes de entregar o mandato, em fevereiro, incluir novos convênios, com outras fundações, visando a proporcionar cursos variados, inclusive cursos a distância, firmados com a Interlegis, que é do Senado Federal. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações.

O Sr. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu, ouvia há pouco tempo a Liderança do Partido dos Trabalhadores nesta tribuna buscar didaticamente explicar o que estava acontecendo no Congresso Nacional com a discussão em torno das alterações legais pretendidas pelo Governo Federal, pela Presidente Dilma Rousseff, a respeito do não cumprimento das metas legais estabelecidas, como decorrência da aplicação da responsabilidade fiscal prevista em lei. A nação, em sua maioria, desconhece este fato. O chamado superávit fiscal a que os governos são submetidos por lei, no caso específico da república, é uma obrigação para que os credores da União - e não são poucos - no Brasil e no mundo, não sejam mais prejudicados do que já foram até o presente momento. Então, para pagar as dívidas nacionais, por lei, o Governo Federal tem que poupar determinados valores. Coisa que não ocorreu neste ano, acusada essa administração federal de ter, por motivos eleitoreiros, gasto muito mais do que poderia ter gasto, descumprindo as regras orçamentárias e atentando contra a legislação federal deste País.

Hoje, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, lamentavelmente, Ver. Guilherme Socias Villela, oficializa-se, no País, de forma categórica, indisfarçável, a regra do toma lá dá cá! O Congresso Nacional, meu caro Ver. Bernardino Vendruscolo, está sendo chantageado a promover uma alteração na lei descumprida para, com isso, permitir que sejam cumpridas outras determinações legais estabelecidas em outra lei, que é a chamada Lei do Orçamento Impositivo, pela qual as emendas parlamentares têm que ser, obrigatoriamente, satisfeitas. E que, pasmem os senhores, em edição extraordinária, o Diário Oficial da União publica a prova dessa chantagem à qual estamos nos referindo, ao publicar o Decreto nº 8.367/14, Ver. Valter Nagelstein, que diz expressamente o que segue (Lê.): “Art. 4º - A distribuição e a utilização do valor da ampliação a que se referem os arts. 1º e 2º deste Decreto ficam condicionadas à publicação da lei resultante da aprovação do PLN nº 36, de 2014 - CN, em tramitação no Congresso Nacional.” Ou vota e aprova esse projeto de lei, que é a alforria, é o perdão pelo descumprimento de lei, ou então babau. O decreto diz que não vão ser desembolsadas as emendas parlamentares. É chantagem, pura e simples, estabelecida de forma expressa, escrita na lei e publicada no Diário Oficial. Com tranquilidade, quero dizer que sou homem de oposição e nunca busquei, no sensacionalismo, na injúria, na difamação ou no despropósito das acusações infundadas, usar desta tribuna, mas o momento, Sr. Presidente, é o mais grave possível. Esses fatos são percebidos pela opinião pública nacional, que começa a se exacerbar, que começa a pedir outras providências, nem sempre as providências ortodoxas que o processo estabelece. Isso, meu caro amigo, Ver. João Bosco, é preocupante. Nós acabamos de sair de um processo eleitoral em que o Governo foi vitorioso - numa demonstração que nem sempre a verdade eleitoral é a verdade democrática, na medida em que 25% da população não foi às urnas - e acabou conquistando 38% da população, que pediu para o governo continuar. Mas este Governo, que tem o respaldo das urnas, começa a ser contestado nacionalmente, e já começam a surgir ataques por parte da oposição, dos partidos inconformados com a derrota eleitoral.

Eu quero dizer o seguinte: eu entendo que quem ganha a eleição deve exercer o governo, eu entendo que quem ganha a eleição merece estar no governo, mas não está autorizado a descumprir a lei, não está autorizado a investir contra a moralidade pública, não está autorizado a saquear o patrimônio nacional, e também não está autorizado a promover a desordem e se desacreditar de tal forma que leve a população ao desespero. Eu consigo

entender os desesperados, ainda que ortodoxamente eu queira que a Presidente seja mantida no poder, cumpra o seu mandato, mas também assuma responsabilidade por seus atos. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, minha intenção era comentar, e farei na seqüência, o debate orçamentário que fizemos ontem, que é algo correlato ao debate que ocorre no Congresso Nacional. Primeiro, Ver. Pujol, tenho que lembrar a V. Exa. que a notícia de hoje nos jornais, rádio, nos programas de política é que a Presidente Dilma ontem assinou quase R\$ 3 bilhões em convênios com Aécio Neves, portanto, com um dos líderes da oposição ao seu Governo para programas de investimento em São Paulo para resolver o problema gravíssimo, Ver. Bernardino, do abastecimento de água naquele Estado. Quase R\$ 3 bilhões é o valor, e serão desembolsados na medida da apresentação dos projetos e desempenho das obras. Eu quero, com isso, dizer a diferença que faz dessa postura republicana e da postura que o Congresso tem, que não conheço o detalhe, o debate, mas não colaboracionista. O Congresso vem fazendo oposição sistemática desde a perda da eleição, e a chantagem, eu quero dizer que inicia no Congresso Nacional, é notícia corrente em todos os anos, em todos os jornais, que o Presidente Lula ou a Presidente Dilma tinham que aprovar alguma Medida Provisória, precisavam liberar os recursos das emendas parlamentares, se não o Congresso não aprovaria. O Congresso chantageia o tempo inteiro o Governo. O Marcio Porchmann, que foi presidente do IPEA, afirma que os nossos Congressos, neste modelo político, são potencialmente golpistas, se quisessem dar o golpe, dariam; não têm mais coragem, porque a democracia se consolida neste Brasil, mas fazem chantagem com o Executivo o tempo todo. E o aumento do número de Partidos, a partir dessa eleição, dá maior fragmentação ainda no Congresso Nacional, que tende a aumentar esta lógica estabelecida, ruim e predatória para o povo brasileiro. Eu sou contrária às emendas parlamentares na dimensão e na forma como são procedidas no Congresso Nacional, pois elas constituem uma apropriação privada, a formação de currais eleitorais, o desvio

pág. 23

do modo republicano de tratar o Orçamento porque os Deputados apropriam-se de uma fatia “x” do Orçamento, e com eles e com essa fatia “x” fazem a sua clientela, para ser mais delicada. Então Estados e Municípios dependem do apoio dos Deputados para ter determinados recursos. Nós devíamos migrar para um modelo que é quase cem por cento Porto Alegre. Nós ainda aqui discutimos emendas numa dimensão bem menor, é verdade, num caráter bem diferente das emendas e dos investimentos do Orçamento Participativo. Mas na forma como hoje está no Congresso não importa como o Deputado vota sobre políticas nacionais, sobre direitos, o que importa é a relação que ele estabelece via emendas parlamentares com a sua base eleitoral, e isso é muito ruim para a evolução da política brasileira, para a evolução da qualidade de vida no Brasil. E quando a Presidenta é obrigada a dizer que, se não há colaboração para um ajuste – que ela não considera ilegal – que é bom para o Brasil, que é bom para a consolidação das condições brasileiras, o Congresso não quer colaborar, quer fazer uma oposição pela oposição, como fez com relação à participação direta, popular; o sistema de participação social é retaliação por conta da eleição. Resta ao Executivo dizer: bom, mas então o nosso diálogo é um diálogo que vai passar para outra lógica. Não concordo nem de uma parte nem de outra, mas acho que o modelo que está hoje instalado no Congresso Nacional é muito ruim na relação com o Executivo, muito ruim para o Brasil, para a população brasileira. Prefiro o que aconteceu ontem, aqui, vou falar nesses últimos segundos. Acho que, ontem, estabelecemos um diálogo real com o Governo, um diálogo da sociedade com os Parlamentares, um diálogo suprapartidário. A Cultura, por exemplo, dialogou com todas as Bancadas, teve emendas de todas as Bancadas, e houve uma composição, um entendimento de que havia uma redução brutal no Fumproart, e o relator, Ver. Aírto Ferronato, conseguiu compor. Assim como foi possível na Educação Infantil, um pouco mais delicado na Saúde, mas acho que nós ontem fizemos um diálogo, que não desrespeita o Orçamento Participativo, que escuta novas fatias... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Obrigada, Ver. Mauro, concluindo. E que escuta setores que não é no Orçamento Participativo que encaminham suas demandas. No caso do convênio com creches comunitárias, a que me refiro e agradeço ao conjunto dos Vereadores, não é no Orçamento Participativo que vai haver uma opção de gestão para colocar mais recursos num convênio na relação Fundeb, não cabe nesse espaço porque é um debate da Cidade

inteira, de 200 instituições da Cidade inteira com o Governo, e a nossa Câmara mediou. Então, é esse o lugar, esse é o espaço que os Parlamentos têm que encontrar, e não na lógica estabelecida hoje no Congresso Nacional.

Termino dizendo que a grave situação da seca em São Paulo está acima do embate político que aconteceu, recentemente, no País. O Brasil vencedor, ou o grupo vencedor, está trabalhando uma solução em conjunto com os principais representantes do PSDB, opositores e muitos coordenadores de atos aí de pedidos de *impeachment*, está trabalhando no diálogo para resolver o problema do povo brasileiro. Então, o interesse público é que deve presidir as relações entre os poderes, garantindo a autonomia de cada um deles.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; ouvindo a Ver.^a Sofia Cavedon, fico convencido de que a Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa perdeu um grande valor. A inteligência da Vereadora é indiscutível, tanto que, com sabedoria e habilidade, busca minimizar estes acontecimentos que ocorrem em Brasília, apontando para outras dificuldades de ordem institucional neste País até hoje toleradas e estimuladas pelo seu Partido e que, agora, passam a ser apresentadas como sendo responsáveis por esse conjunto de desmandos, falcatruas, irregularidades, ilegalidades e assalto ao patrimônio público brasileiro que a Nação contristadamente está registrando.

Agora, com relação a esta chantagem que se faz contra o Congresso Nacional – confiando na sua fraqueza e no seu desespero, na dificuldade que terão os Parlamentares de explicar, perante seus eleitores, aquelas emendas parlamentares que foram por eles proclamadas durante o pleito eleitoral, que justificaram a juntada de milhares e milhares de votos e que ensejaram até votações extraordinárias para aqueles que foram mais efetivos na distribuição dos recursos públicos –, a grande expectativa nacional, no dia de hoje, é saber se essa chantagem vai produzir efeitos ou não. Inexplicável para muitos, intolerável para outros, a reação que segmentos da opinião

pública tiveram ontem, anteontem, no Congresso Nacional, evidencia essa perplexidade que vive o País.

Por isso, eu quero, com muita serenidade, apontar, Vereador-Presidente, essas situações graves, porque eu sou um interessado na continuidade do processo democrático. Eu sou fruto do processo democrático. Eu tive que iniciar minha vida pública me ajustando a uma realidade que não era da plenitude democrática, que hoje, a duras penas, nós vemos se construindo. Retroagir, Ver. Villela, é algo que eu não pensaria em momento algum. Mas esta Nação, inclusive, tem um exemplo muito claro e muito conhecido que foi o da cassação do mandato e dos direitos políticos do hoje Senador da República – então Presidente da República – Collor de Mello, que, acusado de pecadilhos diante do que está acontecendo no País nos dias de hoje, viu o seu mandato cassado de forma, aspas, “democrática” pelo Congresso brasileiro, que, no voto, cumprindo a lei, assim o fez.

Eu não esperava e não desejo que eu alcance, na minha vida, que cada vez se encurta mais, a reprodução desse episódio. Mas posso entender o clamor nacional, sim, posso entender! Não há como se dizer que vivemos uma situação, Ver. Bernardino Vendruscolo, de normalidade democrática, porque normalidade democrática não pode fechar os olhos para essa série de anormalidades de vêm acontecendo neste País.

Por isso repito, na mais absoluta serenidade, sabendo que, daqui a alguns dias, vão dizer que eu vim à tribuna pregar o golpe. É possível que isso aconteça, sim, Vereador! Qualquer manifestação contra essa imoralidade, logo dizem: “Olha, estão querendo a restauração do governo militar!” Eu não quero isso, mas sei que muita gente quer neste País. Quer por desespero, e não por convicção; quer porque vê estarecida, diariamente, no noticiário da mídia brasileira, indistintamente, a elucidação a respeito dessa série de acontecimentos da Petrobras e em várias outras áreas da Administração pública, culminando agora com a confissão pública de... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...com a confissão pública de desrespeito às normas legais e com a tentativa de, manobrando através da chantagem, se conseguir do Congresso Nacional uma anistia para esse descumprimento. Se chegarmos a esse ponto, Sr. Presidente, nós estaremos recuando violentamente no processo de melhoria da democracia brasileira, meu caro Villela, porque, sem a dignidade do Parlamento, que eu temo ainda que possa se curvar ante a chantagem, não há processo democrático que evolua. Não se faz democracia com

um Congresso ajoelhado frente o chantagista dizendo: “Pelo amor de Deus, me atende, que eu saberei retribuir da mesma forma!” Porque é dando que se recebe, já dizia São Francisco de Assis. E aí, o toma lá dá cá fica definitivamente oficializado! E esse é o meu grande temor: oficializado isso, eu não respondo pela indignação que tomará conta do povo brasileiro!

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Mario Fraga (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período do Grande Expediente de hoje para a próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação Requerimento de autoria do Ver. Mario Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta. (Pausa.) Desiste. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

Enquanto o Vereador se desloca, eu quero falar sobre o alcance da nossa TVCâmara. Recebi, há pouco, uma mensagem do Coronel Menna Barreto e do seu filho Daniel, que estão em Candelária, dizendo que estão assistindo à TVCâmara, prestigiando. Mandam um abraço a todos aqui. Então, Candelária está assistindo à Sessão, e eles dizem da qualidade do debate que acontece aqui nesta Casa.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente e Srs. Vereadores; meus cumprimentos ao povo de Candelária. Quero dizer a todos que fiquem tranquilos que nenhuma investida da Globo irá prosperar, nenhum de nós aceitará ser seus integrantes, porque nós não servimos para um trabalho descontinuado. Nós fazemos um trabalho comprometido com

a verdade democrática e, sobretudo, com aqueles que nos designaram seus representantes aqui nesta Casa.

Dentro dessa linha, Sr. Presidente, eu vejo que a Casa, ainda hoje, está diante de três projetos de grande relevância, que cumprem o seu segundo e último dia de discussão preliminar. O PLCE nº 011/14, que altera o § 9º do art. 2º; inclui arts. 2º-A e 5º-B na Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, alterada pela Lei Complementar nº 723, de 30 de dezembro de 2013 – que dispõe sobre alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, e dá outras providências –, para adequação do nome do índice de atualização monetária aplicável às parcelas de alíquota suplementar pagas em atraso; inclui autorização para parcelamento de Débitos e dação de bens imóveis e direitos de qualquer natureza para fins de amortização do Déficit Atuarial; e dá outras providências”.

A Ementa, enorme, já nos propicia, Presidente, uma ideia clara da importância da matéria que aqui está sendo tratada. Essa aparente e simples mudança de nome, não é tão simples assim, porque ela acaba configurando um novo instituto dentro do processo geral da organização do Instituto de Previdência do município.

Ora, eu tenho preocupações, e demonstrei quando foi criado o Previmpa, eu mostrei preocupações, que agora eu repito. O Previmpa teve um erro base, porque não foi feito por antecipação a formação daquilo que precisava ser feito. Esse vem sendo atualizado anualmente pelo município, que a duras penas vai pagando o déficit atuarial e permitindo que o Previmpa continue existindo. Obviamente que essas alterações que aqui estão sendo projetadas agora, envolvem situações dessa ordem. Aí, vão me perguntar, e o que vai fazer a Câmara de Vereadores? Nós estamos com o ano quase que terminando, a Câmara de Vereadores vai fazer o que sempre fez: vai desesperadamente, trabalhar em cima desse projeto para ver se consegue votá-lo ainda esse ano. Sempre assim foi, Sr. Presidente, é ruim que a gente reconheça isso, mas reconhecer a realidade não tem nada de inconveniente. Não sei, algo me diz: um dia nós vamos ter que dar uma lição para o Governo, criar um problema para que não se repita mais esse fato, mas aí vem a indicação: se cria um problema para o Governo, é para o Governo, ou é para a Cidade, ou é para o contribuinte? A distinção e a diferenciação dos fatos, e não levam essa situação de grande dúvida, e por isso que eu quero dizer que não desconheço, de modo nenhum, a relevância deste Projeto de Lei, que vou esperar que ele chegue agora, vai chegar

pág. 28

daqui a uns dias lá na Comissão de Constituição de Justiça e que nós vamos, respeitosamente e responsabilmente, nos debruçar sobre ele. Alertando desde já que atrás dessa aparente simplicidade existe algumas situações complexas que, ao menos, merecem ser amplamente debatidos nesta Casa. Aliás, eu não conheço nenhum dos projetos, ultimamente, encaminhados ao Município que não mereça o amplo debate desta Casa. Acho até que alguns dias de qualquer maneira vão ter que ficar sobrestados para o ano que vem, porque votar algumas das matérias ou todas elas, sem uma ampla discussão preliminar, é um gesto irresponsável que eu acho que essa Câmara não tem que assumir. Vamos já conversei com a Liderança do Governo, vamos falar com o Governo, vamos fazer uma Pauta do que é, absolutamente, prioritário, votar isso se possível, e o resto votar quando puder. Muito obrigado Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Mario Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente Mauro Pinheiro, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Dr. Pujol que nos apoia, integralmente, vou falar sobre o PLCE nº 012/14, só para lembrar os Vereadores que este projeto diz respeito ao Código Municipal de Limpeza Urbana, que é muito importante para a nossa Cidade. Este Código Municipal de Limpeza Urbana, na verdade, está criando o Conselho Municipal de Saneamento, que será criado no Código Municipal de Limpeza Urbana. Trata-se de uma exigência em nível federal para que o nosso Departamento Municipal de Limpeza Urbana possa receber recursos federais. Portanto, este projeto, que vem do Executivo, do Prefeito Fortunati, é para regulamentar uma Lei Federal para que o Município, a partir do ano que vem, consiga receber para o DMLU recursos federais. Hoje, na reunião de Líderes, com o Presidente Mauro Pinheiro e as lideranças dos diversos partidos, já fizemos o acordo para que este projeto passe pela Reunião Conjunta das Comissões e, se der tempo, pela CCJ, que é muito importante; mas, se não conseguir chegar lá, pedirei ao nosso Líder, Ver. Aírto Ferronato, que coloque o Ver. Reginaldo Pujol como relator deste projeto.

Presidente Mauro, demais Vereadores, eu só queria salientar isso, o quanto é importante criar este Conselho Municipal de Saneamento na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h03min)